



O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ONGS): DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA CONJUNTURA DE CRISE CONTEMPORÂNEA

Najara Sousa Medeiros¹

Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida²

Resumo

O Brasil sofre as consequências adversas geradas pela ofensiva neoliberal, sobretudo, com o aumento das desigualdades sociais através da frágil gestão pública das Políticas Sociais e da sua privatização. A crise econômica mundial se torna responsável por agudizar ainda mais as desigualdades sociais. Atualmente, os efeitos da crise demandam a aplicação de medidas de regulação econômica e social que afetam o país. Dessa forma, o projeto neoliberal reproduz uma “nova” concepção de atenção à “questão social”, ao determinar a lógica de mínimos sociais e desse modo romper com a perspectiva universalista das Políticas Sociais. Ademais, o estágio atual da crise do capitalismo tardio impacta sobre o mundo do trabalho, os trabalhadores e seus direitos, com implicações avessas a/ao profissional de Serviço Social, sobretudo, aqueles/as inseridas/os nas ONGs.

Palavras-Chave: Crise do capital. ONGs. Trabalho do assistente social.

1 INTRODUÇÃO

A partir do final da década de 1970 eclode no mundo uma crise contemporânea do capital de proporções colossais que provocam profundas transformações societárias com graves rebatimentos nos países periféricos, dentre estes, destaca-se o Brasil. No Brasil, a era neoliberal vem eclodir em fins da década dos anos de 1980, instaurando-se em 1995, no governo de Fernando Henrique Cardoso com a Reforma do Estado.

A Reforma do Estado no território brasileiro tem como temas centrais o corte dos gastos sociais, a intensificação das privatizações, ampliação de políticas voltadas para oferecer maior liberdade ao capital e a desregulamentação da força de trabalho com impactos nas leis trabalhistas e previdenciárias, (COSTA, 2006).

Entende-se como sendo uma política econômica sob o viés de uma “nova” roupagem do liberalismo clássico que consiste num processo complexo de medidas de reforma do papel do Estado e de novas possibilidades de enfrentamento da crise do capital nas relações capitalistas de produção. Ou seja, eclode a perspectiva da formação de um Estado mínimo de acordo com os ditames neoliberais que, na verdade, conforma-se como um Estado máximo para o capital.

Em linhas gerais, a ofensiva neoliberal centra-se na inteira *despolitização* das relações sociais: qualquer regulação *política* do mercado (via Estado, via outras instituições) é rechaçada de princípio (NETTO, 1995).

A partir da ofensiva neoliberal ocorre uma mudança com relação às responsabilidades sociais do Estado à medida que ele passa a engendrar a transferência de responsabilidades para o chamado “Terceiro Setor”, através do incentivo que o governo FHC deu para ações da sociedade civil com a lei da filantropia, o Programa Comunidade Solidária, sob o comando da primeira-dama, Rute Cardoso, além do fomento às ONGs e demais iniciativas.

¹ najara.sm@hotmail.com - Mestranda em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

² bfalmeida@uol.com.br - Universidade Federal da Paraíba (UFPB).



Desse modo, há impactos negativos (econômicos, sociais e políticos) gerados pelo fenômeno neoliberal percebidos tanto nas instituições governamentais como nas não governamentais que atuam e ofertam serviços no campo das Políticas de Proteção Social no país.

No estágio atual do capitalismo contemporâneo ou tardo-capitalismo, dentre os impactos negativos, destacam-se os provocados sobre o mundo trabalho, os trabalhadores e seus direitos. Nas relações de assalariamento (formal ou precarizado) agravadas pelas implicações desse processo, destaca-se o/a profissional de Serviço Social que atua nas ONGs, passa a se submeter às novas configurações do exercício profissional, intensificando exigências e desafios, tais como: qualificações, competências, flexibilidade e criatividade.

2 AS MANIFESTAÇÕES DE CRISES DO CAPITAL E SEUS REBATIMENTOS NA REALIDADE BRASILEIRA

Ao realizar uma breve análise teórica e histórica do modo de produção capitalista comprova-se que as crises não são um acidente de percurso e nem são ao mesmo tempo algo independente do movimento do capital.

Sobre esse entendimento, Netto (2008, p. 157) afirma que, “[...] expressão concentrada das contradições inerentes ao Modo de Produção Capitalista - MPC, a crise é ‘constitutiva do capitalismo’. Ou seja, não existiu, não existe e não existirá capitalismo sem crise”.

As ideologias burguesas buscam transformar as crises do capital como fenômenos naturais e que foge ao controle das sociedades. As crises são inevitáveis sob o *capitalismo*; mas é perfeitamente possível e viável uma organização da economia *estruturalmente diferente* da organização capitalista, capaz de suprimir as causas da crise, (NETTO, 2008).

As crises expressam a contradição presente no MPC, posto que são crises funcionais ao próprio modo de produção capitalista por constituírem mecanismos mediante os quais ele se restaura. “As crises – por mais brutais que sejam os seus efeitos e por mais graves que sejam as suas conseqüências – não têm o dom de conduzir o MPC ao colapso [...]; deixadas à sua lógica, das crises capitalistas só resulta o próprio capitalismo”, (ib., p. 163-164).

O significado atual da crise do Capital é que se trata de uma crise estrutural, portanto, de dimensões societárias por atingir a sociedade tardo-burguesa, imanente ao capital, que tem se adensado dado ao seu caráter “estrutural, crônico e cumulativo”. Desde a crise de 1929, o capitalismo não presenciava um processo tão crítico, aflorando inclusive no próprio discurso dos detentores do capital, seus gestores e políticos, (MÉSZÁROS, 2009). Assim a crise é estrutural do sistema capitalista contemporâneo, e possui como raiz profunda o excesso de capacidade de produção que não encontra retorno de venda.

Para enfrentar um contexto de crise – crise de lucratividade, sustentada fortemente pela incapacidade de vender tudo o que produz -, o capitalista desenvolve algumas estratégias: uma das formas típicas radica no acirramento da exploração da força de trabalho, ampliando até as formas de extração da mais-valia absoluta; outra forma é a fuga de capitais para outras fronteiras nacionais, em países sem excesso de mercadorias em relação à demanda; outra forma é a diminuição do investimento na atividade produtivo-comercial e o reinvestimento na atividade financeira (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2012, p. 183).

Nesse contexto, os Estados nacionais passaram a abrir as suas fronteiras ao capital especulativo, como forma de atrair o excedente mundial. Para isso, alguns governos especialmente nos países periféricos se distanciaram da postura protecionista que marcou as décadas de 1950-1960 com base nos princípios keynesianos que fundaram o chamado *Welfare State* e consolidaram os padrões fordistas de produção até que elas também entraram em crise.

O neoliberalismo veio romper com a perspectiva socialdemocrata, o Estado-Nação e o “*Welfare State*” para impor uma ‘nova’ ordem social e econômica em vista fortalecer a



acumulação capitalista, e preservar a exploração da força de trabalho humana. Os ajustes neoliberais rebateram fortemente nas relações formais de trabalho, tencionando a flexibilização das relações de produção, incentivados pela revolução tecnológica e mais uma vez fragilizando a organização dos trabalhadores como forma de diminuir e/ou eliminar as resistências ao processo de (contra) reformas neoliberais.

Os ajustes ocasionados pela ofensiva neoliberal no Brasil geraram também um ensaio de “Reforma do Estado” fundado pela necessidade do capital de liberalizar os mercados, aumentar os lucros e incentivar os juros. Tais ajustes podem ser concebidos como responsáveis pelo desmonte das bases de regulação das relações produtivas, sociais, políticas e econômicas. Essa dita Reforma articula-se à reestruturação produtiva, à retomada das elevadas taxas de lucro da ampliação da hegemonia política e ideológica capitalista e visa cada vez mais alterar as bases do “Estado de Bem-Estar Social” e do conjunto da sociedade diante a ruptura do chamado “pacto social democrata”.

A atual crise contemporânea do capital se expandiu a partir da especulação imobiliária nos EUA em 2008, e se revela como uma expressão da própria crise. Todos os segmentos da economia norte-americana encontravam-se com problemas profundos.

A confiança do consumidor despencou, a construção de habitação cessou, a demanda efetiva implodiu, as vendas no varejo caíram, o desemprego aumentou e lojas e fábricas fecharam. [...] O comércio global internacional caiu um terço em poucos meses, criando tensões nas economias majoritariamente exportadas, como a da Alemanha e a do Brasil. [...] O desemprego começou a aumentar a uma taxa alarmante. [...] Esta foi, sem dúvida, a mãe de todas as crises, (HARVEY, 2011, p. 13).

A crise atual irrompe no contexto da mundialização do capital e traz referências à globalização como marco de modernidade. E procura mascarar os efeitos da mundialização do capital e a sua face perversa com impactos destrutivos no emprego, nos salários e nos sistemas de proteção social no país.

Essa crise atinge, atualmente, os seus efeitos mais perversos, cujas implicações destrutivas, expressas na imensa desigualdade social, são mascaradas em nível mundial pela maioria dos governantes, pela mídia e por diversos segmentos das classes dominantes (BOSCHETTI, 2012).

Do ponto de vista da lógica do tardo-capitalismo, a configuração das Políticas de Proteção Social vê-se tensionadas pelo ideário neoliberal, prevalecendo o trinômio, qual seja: *privatização, focalização e descentralização*. Os direitos duramente conquistados no texto constitucional foram submetidos à lógica do ajuste fiscal (BEHRING, 2003).

3 O TERCEIRO SETOR: PRINCIPAIS DESAFIOS PARA O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO (A) ASSISTENTE SOCIAL NO ÂMBITO DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS - ONGS DIANTE DA CRISE DO CAPITAL

Nos últimos anos, as ONGs passam por um processo crítico, pois enfrentam dificuldades para acessar investimentos públicos e privados. As organizações por um lado, se veem com um número reduzido de projetos, pois os financiamentos dos órgãos públicos estão menores em relação às décadas anteriores. Os governos atuais estão “preocupados” em investir nos mínimos sociais, através de políticas focalistas e segmentadas, enquanto estratégias de “alívio” da pobreza. Verificou-se também que os órgãos públicos estão mais exigentes, uma vez que adotaram medidas burocráticas para reduzir irregularidades e desvios.

Certamente, com o atual padrão de acumulação brasileiro – o **social desenvolvimentismo** acredita-se que o Brasil é um país que rompeu com o perfil de subdesenvolvimento.



**SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL,
TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL**
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC - 27 a 29 de Outubro de 2015

A modesta retomada do crescimento econômico, após quase três décadas de estagnação, a lenta recuperação do poder aquisitivo do salário após décadas de arrocho, a ligeira melhoria na distribuição pessoal da renda, o *boom* de consumo financiado pelo endividamento das famílias e a aparente resiliência do Brasil perante a crise econômica mundial dão um lastro mínimo de realidade à fantasiosa falácia de que, finalmente, o Brasil estaria vivendo um ciclo de desenvolvimento (SAMPAIO JR., 2012, p. 682).

A partir desse contexto, as cooperações internacionais creem que os resultados das políticas implementadas no Brasil durante os últimos governos têm sido suficientes para transformar as desigualdades existentes no país. Assim, verificou-se que as agências de financiamento minimizaram as parcerias com as ONGs brasileiras e direcionam a maior parte dos investimentos para os países considerados mais pobres como a África e parte da Ásia (ABONG, 2010).

Daí advém à parcialidade das mudanças ocorridas no cotidiano dessas organizações, as quais enfrentam um longo processo de ajustes, o que pode significar à minimização de suas ações, redução de equipe de trabalho, redução de projetos aprovados, vendas de imóveis, entre outros.

Esse cenário reflete na durabilidade dos projetos sociais nas ONGs, gerando uma instabilidade financeira e a descontinuidade das ações dessas organizações. O fato é que acarreta grandes fragilidades na hora de colaborar com a hegemonia das classes subalternas.

Ora, é esse contexto de crise no cotidiano das ONGs que se apreende alterações na demanda do trabalho dos/as assistentes sociais; alterações nas condições em que se realizam; sofrem também com a constante insegurança no emprego; precárias e flexíveis formas de contratação com redução ou ausência de direitos trabalhistas, entre outros.

No âmbito da atuação do Serviço Social tem sido cada vez mais comum as assistentes sociais que atuam nesses espaços afirmarem vivenciar constantes situações de *stress* e adoecimento decorrentes das pressões que sofrem em seu cotidiano.

As transformações no trabalho são marcadas pela retração e, pela erosão do trabalho contratado e regulamentado, bem como dos direitos sociais e trabalhistas, ampliam-se também as relações entre trabalho e adoecimento, repercutindo na saúde física e mental dos trabalhadores, nas formas de objetivação e subjetivação do trabalho (IAMAMOTO, 2010, p. 421).

Nesse cenário, a exigência do **domínio de conhecimentos** emerge como característica essencial da atuação dos/as assistentes sociais nas ONGs. Os/as profissionais das ONGs participam de capacitações para o desenvolvimento de ações, planos, programas e projetos sociais; participam de especializações; mestrado e oficinas direcionadas para a leitura e análise dos orçamentos públicos, para a identificação de alvos e metas, bem como para o planejamento de ações visando à captação de recursos.

A dinâmica societária desencadeada pelo contexto de crise do capital altera os perfis desses profissionais e também os espaços de trabalho de diferentes profissões, que como o Serviço Social, tem na prestação de serviços sociais seu campo de intervenção privilegiado.

No cotidiano das ONGs, os/as assistentes sociais sofrem com o fenômeno do “**mais trabalho**”. Dal Roso *apud* Raichelis (2013) aponta o trabalho como sendo mais intenso, o ritmo e a velocidade são maiores, o controle e a cobrança por resultados são mais fortes, bem como a exigência de polivalência, acúmulo de tarefas, versatilidade e flexibilidade.

Decerto, ainda que o/a assistente social tenha seu estatuto de profissão liberal reconhecido na atualidade, a sua atuação é tensionada pela relação de compra e venda de força de trabalho especializada. A condição de trabalhador assalariado faz com que os profissionais não disponham totalmente, nem tenham controle sobre as condições e os meios de trabalho postos à sua disposição no espaço institucional.



Nesse âmbito, compreende-se os processos de terceirização com subcontratações e serviços individuais por parte de empresas de serviços ou para desenvolver assessoria, atuam também na prestação de serviços aos governos municipais.

Segundo diferentes estudos (FRANCO, DRUCK E SELIGMAN-SILVA *apud* RAICHELIS, 2011, p. 432), “A *terceirização* é uma das principais formas de flexibilização do trabalho mediante a transferência de um ‘primeiro’ – que deveria se responsabilizar pela relação empregatícia – para um ‘terceiro’, liberando, assim, o grande capital dos encargos trabalhistas”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É nesse debate que concentra a importância de resgatar os desafios postos aos/as assistentes sociais na atualidade, pois dessa maneira apontam-se as possibilidades de intervenção em concomitância com o projeto Ético-Político profissional.

Destarte, a atuação do Serviço Social, na perspectiva do Projeto Ético-Político, é uma questão a ser pontuada neste estudo, que exige um profissional qualificado com a capacidade de realizar um trabalho complexo, social e coletivo, que tenha competência para propor, negociar com os empregadores privados ou públicos, defender projetos que ampliem os direitos das classes subalternas, seu espaço de trabalho e sua autonomia, atribuições e prerrogativas profissionais (RAICHELIS, 2011). O/a profissional de Serviço Social deve considerar a “questão social”, as lutas de classes e as desiguais condições de vida, a partir da relação de exploração entre capital e trabalhadores. Assim sendo, ao atuarem podem contribuir na ampliação da cidadania e na construção de um projeto de sociedade mais justa e democrática.

É no cotidiano das ações profissionais que os assistentes sociais devem se organizar de maneira coletiva, criar condições concretas para resistir à perspectiva neoliberal frente à violação dos direitos e lutar por uma melhoria nas condições de trabalho e fortalecimento do compromisso com o Projeto Ético-Político.

REFERÊNCIAS

Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais - ABONG. **Sustentabilidade das ONGs no Brasil**: acesso a recursos privados. Rio de Janeiro, Abong, 2010. 92p.

BOSCHETTI, Ivanete Salete. América Latina, Política Social e Pobreza: “novo” modelo de desenvolvimento? In: SALVADOR, Evilásio, [ET AL.] (org.). **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012, p. 31-58.

COSTA, Lucia Cortes da. **Os impasses do Estado Capitalista**: uma análise sobre a reforma do Estado. São Paulo: Cortez, 2006.

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil**: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

HARVEY, David. **O Enigma do Capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MACHADO, Aline Maria Batista; MACHADO, Charliton José dos Santos. **Gênero, Movimentos Sociais e ONGs**: reflexões de pesquisas. João Pessoa: Editora Universitária, 2012.



- MÉSZÁROS, István. **A Crise Estrutural do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social**: Crítica ao padrão emergente de intervenção social. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- MONTAÑO, Carlos; DURIGUETO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 180-222.
- MOTA, Ana Elizabete. **O mito da assistência social ensaios sobre Estado, Política e Sociedade**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2010
- NETTO, José Paulo. Crise do capital e conseqüências societárias. *In: Revista Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, n. 111, p. 413-429, jul./set. 2012.
- _____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- _____. **Crise do Socialismo e Ofensiva Neoliberal**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- RAICHELIS, Raquel. Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial. *In: Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n.116, p. 609-635, out./dez. 2013.
- SAMPAIO JR, Plínio de Arruda. *In: Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 112, p. 672-688, out./dez. 2012.
- SANTOS, Josiane Soares. Particularidades da “questão social” no Brasil: mediações para seu debate na “era” Lula da Silva. *In: Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 111, p. 430-449, jul./set. 2012.